



# PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE DOIS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RONDÔNIA

PORTO VELHO  
2021



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rondônia



**PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE DOIS INSTITUTOS FEDERAIS DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM RONDÔNIA**

Proposta apresentada para análise da comunidade interna  
do IFRO e tomada de decisão pelo Conselho Superior.

PORTO VELHO

2021



## LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia.....	13
Figura 2 — Proposta de ampliação e reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia	14
Figura 3 — Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado .....	25
Figura 4 — Reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia e possível expansão .....	29
Figura 5 — Estágios para tomada de decisão.....	32

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Vagas abertas em cursos de verticalização no ano de 2021, no IFRO .....	8
Quadro 2 — Ordenamento do Estado de Rondônia em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias .....	11
Quadro 3 — Distâncias entre os locais do reordenamento da Rede Federal de EPCT em Rondônia.....	12
Quadro 4 — Matriz 1: Aspectos administrativos da composição de dois Institutos Federais em Rondônia.....	16
Quadro 5 — Matriz 2: Aspectos políticos da composição de dois Institutos Federais em Rondônia.....	18
Quadro 6 — Matriz 3: Aspectos socioeconômicos da composição de dois Institutos Federais em Rondônia .....	19
Quadro 7 — Distribuição dos APLs por Região de Planejamento e Gestão.....	26
Quadro 8 — Distâncias entre a Reitoria dos Institutos propostos e suas unidades atuais e pontos estratégicos de atuação.....	28
Quadro 9 — Reordenamento da Rede de EPCT segundo as Regiões de Planejamento e Gestão .....	30
Quadro 10 — Distribuição dos Centros de Inovação e Tecnologia na Rede de EPCT em Rondônia.....	31

### TABELA

Tabela 1 — Regiões de Planejamento e Gestão de Rondônia, com dados sociais, econômicos e ambientais de referência.....	22
--	----



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO .....	5
1.2	OBJETIVOS .....	7
1.2.1	Objetivo geral .....	7
1.2.2	Objetivos específicos .....	7
1.3	JUSTIFICATIVAS .....	7
1.4	ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA .....	9
<b>2</b>	<b>REORGANIZAÇÃO PROPOSTA</b> .....	11
<b>3</b>	<b>ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DE RONDÔNIA</b> .....	22
3.1	ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO .....	24
3.2	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS .....	26
3.3	INDICADORES EDUCACIONAIS.....	27
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DO PROCESSO DE DECISÃO E COMPOSIÇÃO DOS DOIS INSTITUTOS</b> .....	28
4.1	ORGANIZAÇÃO E MOTIVAÇÕES.....	28
4.2	ESTRATÉGIA PARA TOMADA DE DECISÃO .....	32
4.3	IMPLANTAÇÃO DO NOVO INSTITUTO .....	33
<b>5</b>	<b>CRONOGRAMA</b> .....	35
<b>6</b>	<b>IMPACTOS DA REORGANIZAÇÃO PROPOSTA</b> .....	36
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38
	<b>ANEXO — PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE DOIS INSTITUTOS FEDERAIS EM RONDÔNIA</b> .....	39

## 1 INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia (RFEPCT/RO) é composta por um Instituto Federal, estruturado em 11 unidades: 1 Reitoria e 10 *campi*. Em 13 anos de existência, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) ampliou 8 *campi*, todos já estabelecidos com vários cursos de formação inicial e continuada, de nível médio e de nível superior, além das várias demandas de pesquisa e extensão. Constitui, ao lado da Universidade Federal de Rondônia (Unir), dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) e do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Idep/RO), uma importante referência em educação profissional pública e gratuita no Estado. Para a profissionalização de nível médio, detém o maior volume de vagas e de cursos, com grande expressão também em cursos de nível superior e licenciaturas para atendimento à Educação Básica, nas áreas centrais de Matemática, Biologia, Química e Física. É também a instituição que mais diversifica portfólios de formação, tanto na linha vertical de escolarização quanto na linha horizontal de especialização e complementação.

Este Plano consiste em uma proposta de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia, com a composição de dois Institutos.

### 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O Estado de Rondônia possui 52 municípios distribuídos em 237.765,233 km<sup>2</sup> de território, com uma proporção média, portanto, de um município para cada 4.572,408 km<sup>2</sup>. Comparativamente aos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, cuja proporção média de distribuição territorial é de 566,90 e 687,61 km<sup>2</sup> por Município, respectivamente, observa-se que a distribuição entre municípios de Rondônia é bem rarefeita (com distâncias médias sete vezes maiores entre um e outro). São maiores também as distâncias entre as localidades ao se considerarem os maiores centros de desenvolvimento do próprio Estado.

O grande distanciamento gera mais dispêndios de tempo e custos de locomoção, que influenciam negativamente sobre as rotinas administrativas; além disso, dificulta a interação entre os *campi* (que podem compartilhar infraestrutura, quadro de pessoal e espaços), torna menos engajadas as representações políticas quanto às demandas regionais (por se tornarem mais difusas no Estado ou menos concentradas em estratégias e oportunidades locais) e prejudica a articulação entre o Instituto Federal e as representações externas

O maior distanciamento também prejudica a comunidade, porque inviabiliza ou reduz o acesso aos cursos, em razão da insuficiência de transporte público, da demora de traslado e até de uma menor mobilização de pessoas para aderir aos serviços institucionais propostos.

Esta Proposta, porém, envolve diversas outras implicações, que são políticas, administrativas, socioeconômicas e estruturais.

Uma das possíveis problemáticas políticas é a representação parlamentar (de deputados e senadores) localizada, sob o receio de que possam ser concentradas em um Instituto (da região em que possuem maior volume de eleitorado) do que em outro, quando à destinação de verbas parlamentares para o desenvolvimento da educação profissional, ainda que na prática as indicações dessas verbas já estejam sendo feitas sob um direcionamento por *Campus*, de modo que a divisão não alteraria a dinâmica da atuação desses representantes. Outras problemáticas políticas incluem a insegurança quanto às diretrizes educacionais do presente, que implicariam, por exemplo, nas formas de escolha do Reitor do Novo Instituto (se por indicação do Governo Federal ou eleição da comunidade interna, como já ocorre) e na falta de garantia de investimentos para desenvolver os dois Institutos. Esta ressalva também não é exclusiva ao contexto em análise, vai além da proposta de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia.

Destacam-se como implicações administrativas a composição ou recomposição dos quadros ou quantitativos de Professores e Técnicos Administrativos em Educação. O Ministério da Educação (MEC) lançou a Portaria 713, de 8 de setembro de 2021, para definir a estrutura dos quadros de servidores, com os quantitativos indicados. Entretanto, há inseguranças sobre a insuficiência de servidores e dúvidas sobre a movimentação dos que já existem, entre os dois Institutos, se assim constituídos.

As problemáticas socioeconômicas mais evidentes, inclusive no âmbito de outros Institutos no Brasil, têm sido o custo de implantação de uma nova Reitoria e os questionamentos sobre a alternativa de usar o mesmo recurso para outras despesas nas unidades já existentes. Entretanto, não existe a opção entre compor dois Institutos em Rondônia ou usar os recursos correspondentes para ações institucionais, na proposta do MEC. Ou seja, se não houver a opção de compor dois Institutos, não haverá a reserva dos mesmos recursos correspondentes para as ações institucionais. A ampliação de custos se dará objetivamente apenas em relação à composição de uma nova Reitoria para o novo Instituto, visto que serão necessários mais servidores para a ocupação dos cargos. Por outro lado, as implicações socioeconômicas estão relacionadas também ao custo institucional nas suas movimentações em projetos e rotinas administrativas, a exemplo dos eventos como os Jogos Esportivos, os Congressos, Encontros e



outras ações de promoção do ensino, pesquisa e extensão, além das visitas técnicas aos *campi*, que são mais onerosos quanto maior a distância.

Na parte metodológica, serão colocadas matrizes de comparação entre vantagens, desvantagens e inseguranças da proposta, para dar um direcionamento inicial de análise.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia, com a composição de dois Institutos.

### 1.2.2 Objetivos específicos

a) Atender a comunidade de forma mais organizada e aproximada, em termos de articulações políticas, mobilização social e melhoria do acesso aos serviços.

b) Criar novas condições para ampliar a interiorização da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia, em vista de uma duplicação de forças de intervenção dentro da Rede e, com isso, o aumento de oportunidades de crescimento.

c) Especializar os processos de indução do desenvolvimento regional inovador e sustentável, pelas características de composição dos dois Institutos Federais.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS

A proposta de composição de dois Institutos Federais em Rondônia entrou na pauta do reordenamento da Rede Federal de Educação pelo MEC, neste ano de 2021, para proporcionar aos Professores, Técnicos Administrativos em Educação e Estudantes do IFRO uma análise das possibilidades de aderir ou não a este reordenamento. Portanto, entende-se que a apresentação da proposta do IFRO para se desdobrar em dois Institutos é a garantia do direito democrático de todos de participar das decisões institucionais quanto às oportunidades de novos direcionamentos.

O impacto dessa composição de dois Institutos em Rondônia não gera prejuízos institucionais de ordem econômica, porque o orçamento continuará definido por *Campus* e seu número de alunos; também não haverá impacto sobre a quantidade de servidores por unidade,

conforme prevê a Portaria 713/2021, do MEC, mas, pelo contrário, haverá ampliação do número de servidores pela criação de uma nova Reitoria (melhorando assim a capacidade administrativa).

A crescente especialização e a multiplicação de unidades de formação profissional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem proporcionado maior desenvolvimento para o Estado de Rondônia e o Brasil. Os serviços de formação profissional, a produção científica e de inovação e as ações extensionistas fortalecem os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APLs), na medida em que pessoas são capacitadas para o mundo do trabalho, tecnologias são geradas e transferidas, os modos de produção passam a ser influenciados e as pessoas são preparadas para o desafio do empreendedorismo. Tudo isso gera externalidades que ampliam as demandas para provocar o crescimento da Rede. Trata-se então de um processo virtuoso, onde tudo o que é ofertado gera mais probabilidades de atendimento.

A ampliação de unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia, mesmo que de imediato seja apenas a implantação de uma nova Reitoria, se justifica de forma autossuficiente pelos indicadores de eficiência e eficácia do IFRO. Apesar da pandemia da Covid-19, em 2020 foram abertas 7.216 vagas de cursos técnicos e de graduação, presenciais e em EaD; em 2021, há mais 3.526 vagas nas mesmas modalidades, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1 — Vagas abertas em cursos de verticalização no ano de 2021, no IFRO**

Período	Modalidade	N. de Vagas	N. de Inscritos	Relação Candidato/Vaga	Taxa de Eficácia (%)
1º Semestre	Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	1.370	4.562	3	333
	Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio	120	859	7	716
	Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio	80	696	9	870
	Cursos de Graduação	906	9.236	10	1.019
<b>Total do Primeiro Semestre de 2021</b>		<b>2.476</b>	<b>15.353</b>	<b>6</b>	<b>620</b>
2º Semestre	Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	-	-	-	-
	Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio	240	1.813	8	755
	Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio	40	171	4	428
	Cursos de Graduação	160	1.589	10	993
<b>Total do Segundo Semestre de 2021</b>		<b>440</b>	<b>3.573</b>	<b>8</b>	<b>812</b>
2º Semestre	Cursos de Graduação em EaD	610	5.979	10	980
<b>Total do Segundo Semestre de 2021 em EaD</b>		<b>610</b>	<b>5.979</b>	<b>10</b>	<b>980</b>
<b>Total Geral</b>		<b>3.526</b>	<b>24.905</b>	<b>7</b>	<b>706</b>

Fonte: IFRO (2021)

No total, a relação média é de 7 candidatos por vaga, que equivalem a 706% de taxa de eficácia institucional correspondente ao alcance e nível de adesão aos processos seletivos. Em 2020, já haviam sido abertas 7.216 vagas, com grande fomento de EaD; acrescentem-se ainda quase 17.000 vagas de Cursos de Formação Inicial de 160 a 240 horas pelo Programa Novos Caminhos, do MEC, contemplando todo o Estado e outras regiões.

Para ampliar a capilaridade, o IFRO instalou 169 polos de Educação a Distância (EaD) ao longo dos anos, envolvendo diversas parcerias com os Governos Estadual e Municipal, dentre os quais 58 polos estão ativos, distribuídos em todo o Estado, na Paraíba, Bolívia e em Minas Gerais. A criação dos polos de EaD é uma alternativa de interiorização urgente, tendo em vista a grande dimensão do Estado de Rondônia e uma concentração de oportunidades de formação profissional nas cidades de maior expressão. Entretanto, os polos têm infraestrutura limitada e menor capacidade de alcance por meio de cursos presenciais, de modo que a implantação de *campi* em áreas estratégicas é fundamental para melhor atendimento.

Entre 2016 e 2021, as matrículas regulares do IFRO em Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação cresceram 305%, apesar da pandemia e das reduções orçamentárias. Dados como este e os constantes no Quadro 1 demonstram que existe demanda, capacidade instalada de atendimento pelo IFRO e também excedentes de candidatos, que podem levar ao crescimento dos dois Institutos ao mesmo tempo. Esses excedentes poderão ser melhor atendidos com a ampliação de unidades físicas e próprias da Rede, já previstas pelo próprio MEC na forma de Polos de Inovação, Polos de EaD, Centros de Referência e novos *Campi*, em uma etapa futura.

#### 1.4 ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA

A descrição da proposta de composição de dois Institutos Federais em Rondônia envolve a disposição de três matrizes de análise para maior embasamento, na Seção 2. As matrizes são seguidas por uma análise de cada linha de indicação, contrapondo-se vantagens ou oportunidades com possíveis desvantagens ou inadequações da proposta, em face ainda de incertezas ou inseguranças.

Na Seção 3 são abordados os aspectos econômicos, políticos e sociais do Estado de Rondônia, que contêm indicadores e outros dados fundamentais para embasamento da expansão e reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado.

Apesar de essa proposta corresponder fundamentalmente à composição de dois Institutos Federais em Rondônia, sem a criação de novas unidades que não seja a Reitoria do Novo Instituto, a Seção 4 traz, na Metodologia de Implantação, as motivações da proposta de organização da Rede em dois Institutos Federais em Rondônia, com alguns apontamentos para planejamentos futuros, envolvendo a criação de novos *Campi* e Centros de Referência.

Para melhor esclarecimento da Proposta e com base nas dúvidas, reflexões e debates durante as reuniões com os servidores de todas as unidades do IFRO, consta em anexo um conjunto de perguntas e respostas sobre os principais temas.

## 2 REORGANIZAÇÃO PROPOSTA

A Proposta de Reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia em dois Institutos — o IFRO e o que se poderia chamar de imediato de Instituto Federal Rondoniense ou Instituto Federal do Sul de Rondônia — está dentro da orientação do Ministério da Educação para o ano de 2021, dentro dos prazos estabelecidos por ele. O IFRO foi incluído em um agrupamento de outros 10 Institutos Federais com possibilidade de recomposição em duas ou mais instituições.

A Reorganização proposta está de acordo com a nova divisão territorial apresentada pelo IBGE (2017) por meio do estudo *O Recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias 2017*, cuja metodologia consiste em localizar áreas estratégicas de influência, considerando-se não somente dimensões territoriais e índices populacionais, mas também as singularidades locais, quanto às articulações existentes e formas de arranjos estruturais, de negócios, de prestações de serviços, de fluxos e de logísticas, dentre outros.

As Regiões Geográficas Imediatas são aquelas de concertação mais localizada, muitas vezes abrangendo mais de um município; e as Intermediárias são as que agregam as Imediatas. Como resultante, os estudos do IBGE (2017) demonstram Rondônia com duas Regiões Geográficas Intermediárias: Porto Velho (com três Regiões Geográficas Imediatas e 18 municípios) e Ji-Paraná (com mais três Regiões Geográficas Imediatas e 34 municípios), conforme o Quadro 2.

**Quadro 2 — Ordenamento do Estado de Rondônia em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias**

Regiões Geográficas Intermediárias	Regiões Geográficas Imediatas	N. de Municípios
<b>Porto Velho</b>	Porto Velho	5
	Ariquemes	8
	Jaru	5
<b>Ji-Paraná</b>	Ji-Paraná	13
	Cacoal	14
	Vilhena	7

Fonte: IBGE (2017)

A lógica de ordenação territorial é um princípio de excelência para a gestão pública. O Governo do Estado, por exemplo, para facilitar a gestão governamental, dividiu o território em 10 Regiões de Planejamento e Gestão, por meio da Lei Complementar 414 (RONDÔNIA, 2007). Dessas Regiões, quatro estão na porção norte e seis, na sul. Na porção sul, é onde há maior densidade de municípios e frentes de desenvolvimento em área aberta de agropecuária,

segundo o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia, apresentado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) (RONDÔNIA, 2010).

Com um reordenamento de ocupação da Rede Federal de EPCT em duas porções geográficas de Rondônia, da área central até os dois extremos, a maior distância entre dois municípios é de menos de 500 km na porção do centro ao norte e de até 565 km na porção do centro ao sul do Estado; atualmente, os intervalos mais extremos entre os municípios onde se propõe a criação de novas unidades do IFRO chegam a 944 km.

O Quadro 3 demonstra as distâncias entre os municípios onde o IFRO já possui *Campus* instalado e aqueles em que propõe haver novas instalações, para uma análise das condições de acesso, ordenamento territorial e articulações para a promoção do desenvolvimento pela formação profissional.

**Quadro 3 — Distâncias entre os locais do reordenamento da Rede Federal de EPCT em Rondônia**

Municípios/ Distâncias (Km)	Porto Velho	Candeias do Jamari	Ariquemes	Jaru	Buritis	Machadinho	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	Ouro Preto d'Oeste	Ji-Paraná	Cacoal	Pimenta Bueno	Rolim de Moura	São Miguel	Vilhena	Colorado d'Oeste	Cerejeiras	São Francisco do Guaporé
Porto Velho (Reitoria)	—	25	201	292	322	297	281	329	333	372	479	521	481	495	706	760	798	603
Candeias do Jamari	25	—	176	267	297	272	256	304	308	347	454	496	456	470	681	735	773	578
Ariquemes	201	176	—	91	131	149	302	350	138	176	283	325	285	299	510	564	603	407
Jaru	292	267	91	—	218	150	389	437	41	80	187	229	191	204	415	470	508	313
Buritis	322	297	131	218	—	288	180	228	260	298	406	448	408	421	632	686	725	530
Machadinho	297	272	149	150	288	—	447	495	193	231	338	380	340	354	565	619	658	462
Nova Mamoré	281	256	302	389	180	447	—	48	431	469	577	619	578	592	803	857	896	701
Guajará- Mirim	329	304	350	437	228	495	48	—	658	697	625	667	627	640	851	905	944	749
Ouro Preto d'Oeste	333	308	138	41	260	193	431	658	—	39	146	188	149	163	373	427	465	270
Ji-Paraná	372	347	176	80	298	231	469	697	39	—	107	149	110	148	334	388	426	231
Cacoal	479	454	283	187	406	338	577	625	146	107	—	42	64	176	227	281	319	124
Pimenta Bueno	521	496	325	229	448	380	619	667	188	149	42	—	67	178	185	239	277	82
Rolim de Moura	481	456	285	191	408	340	578	627	149	110	64	67	—	112	251	305	344	220
São Miguel do Guaporé	495	470	299	204	421	354	592	640	163	148	176	178	112	—	363	417	455	111
Vilhena	706	681	510	415	632	565	803	851	373	334	227	185	251	363	—	86	92	471
Colorado d'Oeste	760	735	564	470	686	619	857	905	427	388	281	239	305	417	86	—	39	526
Cerejeiras	798	773	603	508	725	658	896	944	465	426	319	277	344	455	92	39	—	565
São Francisco	603	578	407	313	530	462	701	749	270	231	124	82	220	111	471	526	565	—

Fonte: IFRO (2021)

Legenda: Bloco verde = distâncias entre os municípios da primeira porção, ao norte; bloco laranja = distâncias entre os municípios da segunda porção, ao sul do Estado

O Quadro 3 revela que, entre um extremo e outro do Estado, há distâncias de quase 1.000 km, como entre Cerejeiras e Guajará-Mirim. Entre Porto Velho (capital, onde se localiza a Reitoria do IFRO) e o Município de Cerejeiras, a distância é de 798 km; entre Porto Velho e Colorado do Oeste — o Município com o *Campus* mais distante da Reitoria atualmente —, o intervalo é de 760 km. Este distanciamento dificulta ações mais aproximadas e que requerem articulações locais, acompanhamentos aproximados, especialização em regionalidades, intervenção mais pontual junto aos setores produtivos e melhor conhecimento de demandas.

Esta Proposta compreende a redistribuição dos *Campi* existentes em dois Institutos, conforme a Figura 1.

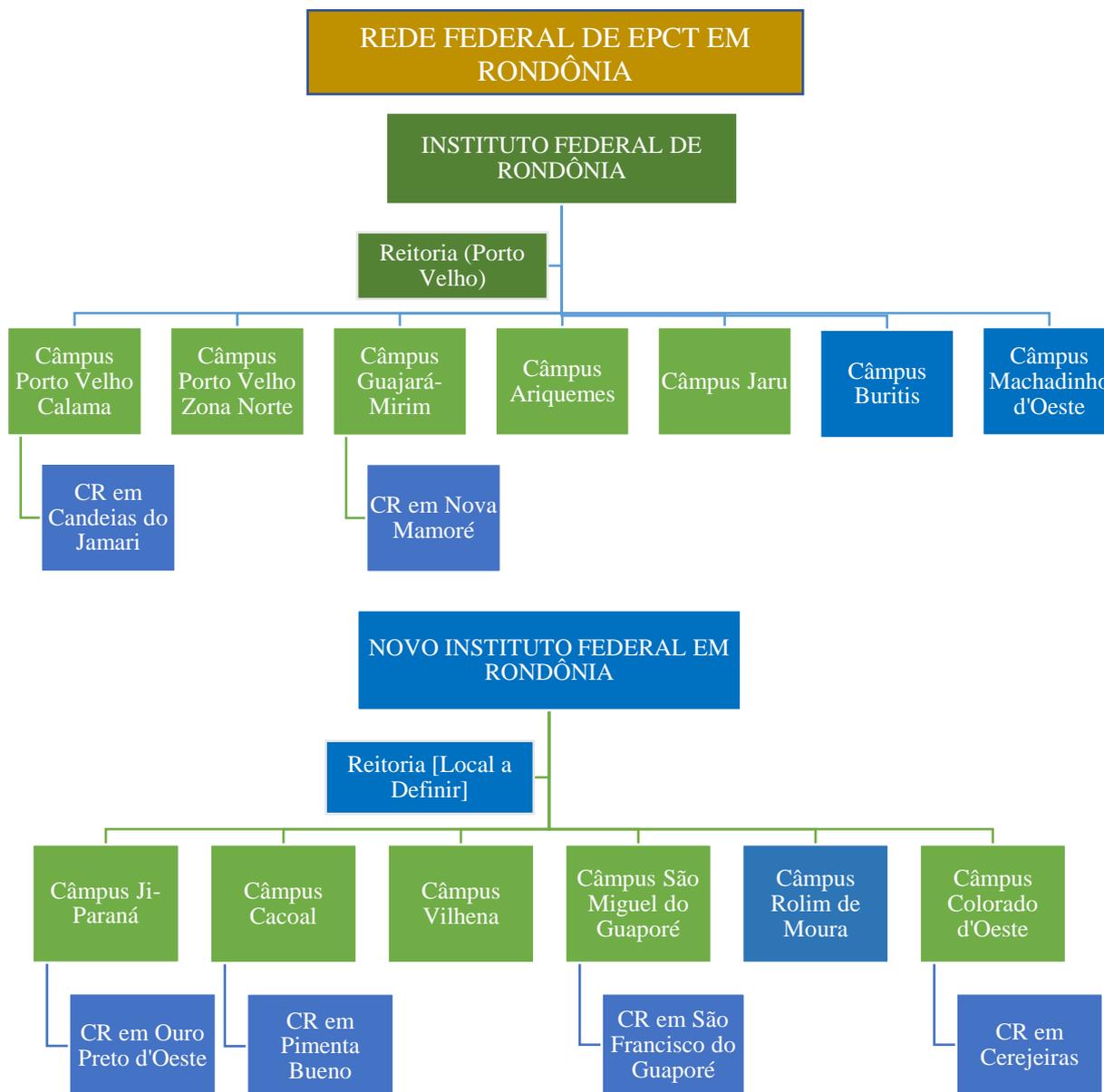
**Figura 1 — Reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia**



Fonte: IFRO (2021)

Nos Municípios ou Regiões Geográficas Imediatas em que ainda não há previsão de criação de novos *Campi*, mas que apresentam demandas expressivas de ensino, pesquisa, extensão e inovação (tanto para formação de mão de obra especializada quanto para agregação de valor aos produtos), além de uma organização local capaz de comportar investimentos em infraestrutura que resultem em otimização de uso dos recursos públicos, serão propostos também novos *campi* e os Centros de Referência (CRs), incluídos conforme a Figura 2.

Figura 2 — Proposta de ampliação e reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia



Legenda: Quadros verdes = unidades existentes; quadros azuis = unidades com plano de proposição  
 Fonte: IFRO (2021)

Na composição dos Institutos Federais, cujos *Campi* são unidades maiores e mais estruturadas que os Centros de Referência, estes Centros podem se tornar importantes alternativas complementares de promoção de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação, porque possuem portes menores, mas possuem condições de evoluir ao ponto de se tornarem *Campus*, com o avanço de suas ações. Sua atuação é fundamental nas Regiões Geográficas Imediatas, pela capacidade em responder rapidamente a problemáticas por área de atuação, eixo de desenvolvimento e Arranjos Produtivos Locais. Eles se assemelham aos Centros

Vocacionais Tecnológicos. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008, p. 2),

os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação.

Existem interesses políticos, viabilidades de infraestrutura e uma adequação ao Plano de Expansão da Rede Federal para a criação de dois Institutos em Rondônia, conforme será destacado na seção de Metodologia desta Proposta. Há Estados que já possuem dois (Bahia, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina), três (Rio Grande do Sul) e cinco Institutos (Minas Gerais), com demonstração de sustentabilidade e crescimento, de modo que o ordenamento proposto corresponde a uma estratégia conhecida e com bons resultados.

Todavia, existem muitas preocupações dos servidores sobre a composição de dois Institutos, se será benéfica ou não para a Rede Federal de Educação, o IFRO e o Estado de Rondônia.

Para uma melhor visualização das vantagens, desvantagens e inseguranças, elaboramos três Matrizes de Análise, com base nas discussões realizadas em duas etapas: a primeira, entre o Reitor, Pró-Reitores e Diretores-Gerais de *Campus*; a segunda, entre a Reitoria e os servidores dos *campi*, em um ciclo de reuniões virtuais envolvendo duas a três unidades do IFRO por sessão, no período de 8 a 10 de setembro de 2021. A primeira Matriz de Análise, no Quadro 4, corresponde aos aspectos administrativos.

Observe-se, na análise da Matriz 1, que não existe, no âmbito da proposta do MEC, uma escolha sobre compor dois Institutos no Estado ou abrir novos *campi* para o IFRO. Trata-se de adesão ou não a uma proposta de desmembrar o IFRO em dois Institutos e criar uma nova Reitoria para atender ao segundo. Portanto, não há concorrência de recursos e sim a disponibilidade desses recursos para sustentação de uma nova Reitoria; se não houver adesão, os recursos correspondentes não serão direcionados para outros fins institucionais. (Linha 1, Matriz 1).

A criação ou manutenção de vagas de servidores obedecerá ao que foi disposto na Portaria 713/2021, do MEC, contemplando as novas vagas para a Reitoria a ser criada, de imediato; as adequações ao quadro de pessoal existente não têm relação com essa recomposição em dois ou mais Institutos. (Linha 2, Matriz 1).

Nas viagens de servidores em geral, gestores e estudantes entre a Reitoria ou o *Campus* Porto Velho e o *Campus* mais distante em relação a eles, que é Colorado do Oeste, consome-se um dia para ida e outro para volta, em transporte terrestre, e isso acaba inibindo algumas ações

ou gerando o consumo de um tempo que poderia ser melhor aproveitado se os trajetos fossem mais curtos; além disso, há um gasto maior de recursos da Instituição. Logo, com a distribuição em duas grandes regiões, estes custos ou gastos são reduzidos em praticamente 50%. (Linhas 3 e 4, Matriz 1).

**Quadro 4 — Matriz 1: Aspectos administrativos da composição de dois Institutos Federais em Rondônia**

N.	Vantagens ou Oportunidades	Possíveis Desvantagens ou Inadequações	Inseguranças ou Incertezas
1	Criação de uma nova Reitoria: redução do trabalho por servidor; melhoria da qualidade de vida	Discordâncias sobre uso de recursos públicos para a criação da nova Reitoria	Redistribuição das vagas dos servidores em vez de criação de novas vagas
2	Ampliação do número de vagas administrativas, pela composição de uma nova Reitoria	Maior custo operacional do MEC com mais uma Reitoria	Garantia ou não de manutenção de um quadro suficiente de servidores nas duas Reitorias
3	Otimização de tempo e de recursos pela redução de distâncias em cerca de 50% para as práticas de gestão e as demais	Nenhum impacto da redução das distâncias nas atividades que podem ser realizadas de forma remota	Dúvidas sobre o ganho suficiente com a redução de tempo e recurso na realização das ações de forma mais aproximada
4	Distribuição aproximada quanto à proporcionalidade de população e de espaço territorial	Menor alcance de um Instituto no Estado	Pouco impacto dessa distribuição no espaço territorial
5	Aumento da capacidade de projeção de crescimento das unidades	Falta de objetividade ou de segurança nessa projeção de crescimento	Falta de projeção de aumento do quadro de servidores nos modelos do MEC por unidade e conjunto de unidades
6	Maior viabilidade para remoção de servidores	Maior mobilização para remoção	Conflito entre remoção e redistribuição (*)
7	Integração a uma proposta nacional de reorganização da Rede, ainda que em curto prazo	Pouco tempo para análise mais aprofundada	a) Riscos decorrentes do perfil dos representantes políticos atuais; b) risco de perda de oportunidade de participar da mudança proposta e demorar a ocorrer nova abertura de proposição
8	Melhores condições de atendimento ao Plano Decenal de Educação, que prevê a triplicação de vagas de EPCT	Não alteração das condições de oferta, considerando-se a não ampliação para mais <i>Campi</i>	Influências para redução de oferta de graduação e pós-graduação
9	Maior foco no atendimento às demandas locais, otimizando a força de trabalho existente, com ganho de qualidade no planejamento e execução dos processos institucionais	Não alteração das condições de oferta, considerando-se a forma de atuação presente	Perda de um direcionamento unificado
10	Proximidade da Reitoria aos <i>Campi</i>	Possibilidade de reposicionamento da Reitoria no centro do Estado	Não percepção de ganhos diretos em face de ações que podem ser realizadas a distância
11	Melhoria de atendimento aos alunos	Não alteração das condições de atendimento aos alunos	Piora no atendimento aos alunos

\* Remoção = transferência de um servidor entre as unidades de um Instituto; Redistribuição = transferência de um servidor entre dois Institutos

Fonte: IFRO (2021)

O aumento da capacidade de projeção é previsto pelo histórico de crescimento do IFRO, que iniciou com duas unidades e, após justificativas da necessidade de expansão e apresentação de projetos consistentes, ocupou regiões que pareciam improváveis, como Guajará-Mirim, Jaru e São Miguel do Guaporé. Já existem manifestações locais em Ouro Preto do Oeste, Guajará-Mirim, Buritis e Machadinho do Oeste para a criação de novas unidades, sejam de *Campus*, Centros de Referência ou Polos de Inovação. (Linha 5, Matriz 1).

O conflito entre remoção e redistribuição de servidores ocorrerá na medida em que houver duas instituições distintas, embora dentro da mesma Rede, conforme as regras já existentes, que não serão alteradas com a composição de dois Institutos. Este é um aspecto que deve entrar em negociação no momento da adesão ao reordenamento, se assim for aceito pelos servidores e alunos e decidido pelo Conselho Superior. Se por um lado haverá maior dificuldade para se redistribuir de um IF para outro, por outro ficará mais fácil a remoção entre as unidades mais próximas, neste momento, pelo menor número de servidores e de unidades (Linha 6, Matriz 1).

O tempo para análise é bastante curto, mas não existe flexibilidade quanto a isso até o momento, porque a determinação é do MEC e ele não sinalizou alteração de prazos. De todo modo, as reuniões com servidores e alunos devem ser realizadas conforme a disponibilidade de tempo e servir para maior esclarecimento. (Linha 7, Matriz 1).

O alcance da meta 11 do Plano Decenal de Educação (BRASIL, 2014), que consiste em triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, já ocorreu. Entretanto, o que deve ser levado em conta é a defesa dos percentuais por nível de formação garantidos na Lei 8.112 (BRASIL, 2008), que prevê para as instituições a reserva de 50% vagas para cursos técnicos de nível médio e 20% para licenciaturas. (Linha 8, Matriz 1).

A concentração em um espaço territorial menor deve favorecer a uma concentração maior sobre as problemáticas locais. Os riscos de perda de direcionamento não são decorrentes dessa reorganização proposta, mas das formas de gestão. Inclusive, com a implantação dos Centros de Inovação e Tecnologia e com os projetos de implantação dos *campi*, os perfis já começam a ser direcionados conforme as demandas locais. (Linha 9, Matriz 1).

A localização da Reitoria próxima aos *Campi* permite maior interação em ações que devem ser presenciais, como a realização de visitas técnicas ou visitas de rotina para análises *in loco*. O reposicionamento da atual Reitoria em uma área mais central do Estado reduziria a problemática da distância, mas não a sobrecarga de trabalho. (Linha 10, Matriz 1).

A alteração organizacional, pela composição de dois Institutos, pode melhorar o atendimento aos alunos pela combinação com outros benefícios (linhas 1 a 10), relacionados à

eficiência institucional e ainda às influências locais, mas não tem nenhum cunho pedagógico ou didático, porque o modelo de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deverá ser mantido nos dois Institutos; a reorganização possui fim administrativo. (Linha 11, Matriz 1).

A Matriz seguinte, disposta no Quadro 5, abrange os aspectos políticos.

**Quadro 5 — Matriz 2: Aspectos políticos da composição de dois Institutos Federais em Rondônia**

N.	Vantagens ou Oportunidades	Possíveis Desvantagens ou Inadequações	Inseguranças ou Incertezas
1	Provocação do surgimento de novas lideranças e influenciadores locais nos planejamentos para os municípios e as Regiões	Perda de lideranças existentes no novo Instituto Federal, que podem ficar concentradas no IFRO	Indicação e não eleição do novo Reitor e de diretores de <i>Campus</i>
2	Maior aproximação e engajamento das lideranças políticas existentes para apoio à educação profissional, ciência e tecnologia	Maior concentração de lideranças políticas atuais em uma Região Geográfica Intermediária do que em outra	Maior concentração das lideranças políticas em um Instituto do que em outro
3	Fortalecimento e especialização das articulações locais (entidades e sociedade), com foco nas necessidades e criação de alternativas de projetos e investimentos	Não alteração do estado das articulações locais e da criação de alternativas de crescimento	Pouca ou nenhuma influência da distribuição de dois Institutos no Estado quanto ao processo de interação regional

Fonte: IFRO (2021)

A composição de um Novo Instituto pode ficar condicionada, para fins de adesão, à eleição do novo Reitor e à manutenção dos Diretores-Gerais de *Campus* até o fim de seus mandatos, com votação da comunidade interna em qualquer caso, para se prevenirem indicações dessas chefias. As novas lideranças serão constituídas naturalmente conforme os ritos democráticos já instituídos, visto que qualquer alteração desse fundamento não corresponderia a essa nova composição e sim aos rumos em geral da Educação Profissional no Brasil. (Linha 1, Matriz 2).

A concentração regional de um novo Instituto também influenciará sobre representações externas, sejam as parlamentares (de deputados e senadores), sejam outras lideranças da sociedade, especialmente as que defendem investimentos em ensino, pesquisa, extensão e inovação. A dinâmica da concentração independe desse reordenamento da Rede Federal, visto que os representantes parlamentares são eleitos por toda a sociedade, mas é possível uma influência do Novo Instituto sobre os processos eleitorais, com a defesa das pautas de investimentos em educação profissional. (Linha 2, Matriz 2).

As articulações locais serão especializadas e fortalecidas por meio de um contato mais aproximado de lideranças internas sobre as internas e vice-versa. Novas parcerias, inclusive, poderão ser instituídas com os governos estadual, federal e municipais, com setores produtivos e com instituições representativas. Todavia, ainda que não haja essa especialização e fortalecimento, a condição não é prejudicial ao Novo Instituto, que deverá permanecer com a capacidade atual de fazer as interações.

A Matriz 3, disposta no Quadro 6, traz as linhas de análise relativas aos aspectos socioeconômicos.

**Quadro 6 — Matriz 3: Aspectos socioeconômicos da composição de dois Institutos Federais em Rondônia**

N.	Vantagens ou Oportunidades	Possíveis Desvantagens ou Inadequações	Inseguranças ou Incertezas
1	Influência sobre os modos de produção, que serão melhor direcionados para formas mais sustentáveis de crescimento econômico e de menor impacto ambiental	Manutenção dos mesmos modos de produção existentes	Falta de recursos para o custeio da Educação Profissional e Tecnológica e um processo de interiorização
2	Melhoria da qualidade de vida de alunos e servidores, pela maior proximidade do local de origem e maior concentração e concertação (*) sobre as demandas locais	Manutenção das mesmas condições de formação e estudo existentes	Não garantia de um processo de expansão de cada Instituto
3	Grandes benefícios aos setores produtivos, pela ampliação da mão de obra especializada, por meio de uma educação pública e de qualidade local	Não alteração das condições locais	Falta de políticas públicas para ampliação de cursos e vagas, proporcionais aos recursos necessários
4	Redução das desigualdades nas regiões e entre elas por meio do incremento em ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando-se uma maior especialização local	Não alteração das condições locais	Baixo processo de interiorização ou de expansão por falta de políticas públicas de criação de novas unidades por Instituto
5	Ampliação das soluções implantadas, como os Centros de Referência, os Polos de Inovação e os Polos de EaD	Ausência de estudos e projetos para a ampliação de unidades de atendimento	Falta de recursos para a ampliação da estrutura organizacional finalística

(\*) Concertação = organização e articulação local para prover as melhores formas possíveis de desenvolvimento  
 Fonte: IFRO (2021)

A presença de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em uma região sempre influencia os modos de produção, porque os profissionais formados e os resultados de pesquisa e extensão atuam nos setores produtivos ou em seu entorno, criando pressões virtuosas

para uso de mão de obra especializada e tecnologias desenvolvidas. Trata-se de uma lógica sempre presente e requerida, de formação local para as questões também locais. De fato, não há garantia de recursos para maior abrangência de necessidades locais e regionais, mas a criação de infraestruturas e o desenvolvimento de projetos locais criam demandas e permitem mais justificativas para o requerimento de investimentos, sejam do orçamento anual, sejam das indicações parlamentares e processos de parceria, para composição extraorçamentária. Além disso, a composição de dois Institutos não gera perdas nesta diretriz. (Linha 1, Matriz 3).

Na medida em que se criar um Novo Instituto, haverá de imediato uma possibilidade de maior concentração sobre problemas localizados, para resolução de uma forma mais rápida, em virtude da menor concorrência de força de trabalho (ou menos oneração do trabalho de cada servidor); em médio e longo prazos, com melhor infraestrutura, é possível expandir as unidades de formação e torná-las cada vez mais próximas do **local de origem do aluno e do servidor**, de modo que serão reduzidos dispêndios de tempo e recursos financeiros para as práticas cotidianas e haverá maior proximidade entre a rotina profissional ou estudantil e a rotina pessoal ou familiar. A impossibilidade de expansão em curto prazo, se houver, não inviabiliza nem prejudica a composição de dois Institutos, pois esse é um processo organizacional que não se condiciona à expansão, embora possa ser beneficiado por ela. (Linha 2, Matriz 3).

Os benefícios aos setores produtivos são diretos. O IFRO, com a criação dos Centros de Inovação e Tecnologia, já está buscando especializações por região, conforme o perfil e das demandas apresentadas, a exemplo do Café em Cacoal, da Agricultura 4.0 em Colorado do Oeste, dentre outros. Todas essas experiências permanecerão agregadas ao *Campus*, para desenvolvimento e expansão, em interação com empresas, instituições e comunidades. (Linha 3, Matriz 3).

Uma das premissas do Governo Federal, desde a criação do Ministério da Integração Nacional, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2005), é a redução das desigualdades inter e intrarregionais. A organização do Estado em dez Regiões de Planejamento e Gestão também segue o mesmo fundamento de espacialização e especialização das intervenções políticas e administrativas. Quando ocorrem os investimentos e atuações com atenção às oportunidades e necessidades locais, o desenvolvimento começa a ocorrer de dentro para fora, em um processo de expansão. Caberá ao IFRO e ao Novo Instituto buscar recursos para ampliar o processo de interiorização, tal como já vem ocorrendo antes desse processo de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Portanto, a interiorização também é uma oportunidade, mas não um condicionamento para a composição de dois Institutos. (Linha 4, Matriz 3).

Os Centros de Referência previstos na Portaria 713/2021, do MEC, são semelhantes aos Centros Vocacionais Tecnológicos, por meio dos quais é possível oferecer cursos, criar unidades demonstrativas para pesquisa e inovação e prestar serviços à comunidade. Os Polos de Inovação, também previstos na mesma Portaria, permitirão um avanço de pesquisas aplicadas, enquanto os Polos de EaD já são bastante frequentes na Rede Federal hoje. Por meio deles, há excelentes alternativas de interiorizar o atendimento dos Institutos, porque mais alunos geram mais recursos e novos projetos abrem grandes possibilidades de investimento. Inclusive, estes Centros e Polos podem criar condições para a instalação de novos *campi* de maneira mais rápida. O *Campus Jaru*, por exemplo, nasceu após a implantação de um Polo de EaD para a oferta do Programa Profucionário (que formava profissionais de apoio da educação básica por meio de Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio); o *Campus Cacoal* é resultado da conversão de um *Campus Avançado*; existe o projeto de implantação do *Campus Rolim de Moura*, que já conta com área cedida pela Prefeitura local — dentre outros exemplos das formas de crescimento do IFRO. (Linha 5, Matriz 3).

Há outras linhas ou eixos de preocupação da comunidade interna do IFRO sobre a composição de dois Institutos. Muitas delas foram convertidas em perguntas e respostas e estão localizadas no anexo desta Proposta.

Na seção seguinte, há uma abordagem de aspectos importantes do perfil do Estado de Rondônia, para melhor análise das condições em que o reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se assenta.

### 3 ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DE RONDÔNIA

Rondônia é o 15º maior estado do Brasil, com 237.765,233 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 1.815.278 pessoas para 2021, cujo crescimento foi de 13,93% em relação ao Censo de 2010 do IBGE (2021). A densidade demográfica é de 7,63 pessoas por km<sup>2</sup>. O ordenamento do Estado em dez Regiões de Planejamento e Gestão deve favorecer à criação de consórcios, instalação de agências regionais e outras ações para, inclusive, a redução de desigualdades, conforme se depreende dos termos da respectiva Lei (RONDÔNIA, 2007). A Tabela 1 apresenta uma síntese dos aspectos socioeconômicos e ambientais do Estado.

**Tabela 1 — Regiões de Planejamento e Gestão de Rondônia, com dados sociais, econômicos e ambientais de referência**

Regiões de Planejamento e Gestão	Municípios	Dimensão Territorial (2020, km <sup>2</sup> )	Proporção Territorial (%)	População Estimada (2020)	IDHM (2010)	PIB per capita (2018)
I - Porto Velho	Porto Velho	34.090,95	14,34	539.354	0,736	32.042,66
	Candeias do Jamari	6.843,87	2,88	27.388	0,649	21.856,51
	Itapuã d'Oeste	4.081,58	1,72	10.641	0,614	17.551,21
	<b>Subtotal 1</b>	<b>45.016,40</b>	<b>18,93</b>	<b>577.383</b>	<b>0,666</b>	<b>23.816,79</b>
II - Ariquemes	Ariquemes	4.426,57	1,86	109.523	0,702	23.206,36
	Alto Paraíso	2.651,82	1,12	21.847	0,625	15.655,57
	Buritís	3.265,81	1,37	40.356	0,616	17.489,18
	Cacaulândia	1.961,78	0,83	6.269	0,646	22.718,85
	Campo Novo de Rondônia	3.442,01	1,45	14.266	0,593	20.011,50
	Cujubim	3.863,95	1,63	26.183	0,612	14.739,40
	Monte Negro	1.931,38	0,81	16.007	0,607	18.031,40
	Rio Crespo	1.717,64	0,72	3.804	0,643	28.611,66
<b>Subtotal 2</b>	<b>23.260,95</b>	<b>9,78</b>	<b>238.255</b>	<b>0,630</b>	<b>20.057,99</b>	
III - Jaru	Jaru	2.944,13	1,24	51.620	0,689	28.433,31
	Governador Jorge Teixeira	5.067,38	2,13	7.445	0,596	22.085,29
	Theobroma	2.197,41	0,92	10.395	0,589	18.292,84
	Vale do Anari	3.135,11	1,32	11.377	0,584	14.505,19
	Machadinho d'Oeste	8.509,27	3,58	40.867	0,596	16.423,33
	<b>Subtotal 3</b>	<b>21.853,30</b>	<b>9,19</b>	<b>121.704</b>	<b>0,618</b>	<b>19.947,99</b>
IV - Ouro Preto d'Oeste	Ouro Preto d'Oeste	1.969,85	0,83	35.737	0,682	22.252,80
	Mirante da Serra	1.191,88	0,50	10.818	0,643	19.672,11
	Nova União	807,126	0,34	6.895	0,587	17.178,06
	Vale do Paraíso	965,676	0,41	6.656	0,627	21.454,91
	<b>Subtotal 4</b>	<b>4.934,53</b>	<b>2,08</b>	<b>60.106</b>	<b>0,635</b>	<b>20.139,47</b>
V - Ji-Paraná	Ji-Paraná	6.896,65	2,90	130.009	0,714	26.287,35
	Alvorada d'Oeste	3.029,19	1,27	14.106	0,643	17.423,49
	Teixeirópolis	459,978	0,19	4.233	0,643	20.370,33
	Presidente Médici	1.758,47	0,74	18.571	0,664	21.515,83
	Urupá	831,857	0,35	11.272	0,609	18.617,76
	<b>Subtotal 5</b>	<b>12.976,14</b>	<b>5,46</b>	<b>178.191</b>	<b>0,655</b>	<b>20.842,95</b>

Continuação da tabela 1

Regiões de Planejamento e Gestão	Municípios	Dimensão Territorial (2020, km <sup>2</sup> )	Proporção Territorial (%)	População Estimada (2020)	IDHM (2010)	PIB per capita (2018)
VI - Cacoal	Cacoal	3.793,00	1,60	85.893	0,718	25.708,96
	Ministro Andreazza	798,083	0,34	9.559	0,638	21.126,07
	Espigão d'Oeste	4.518,03	1,90	32.695	0,672	18.985,55
	Pimenta Bueno	6.240,94	2,62	36.881	0,710	31.046,76
	Primavera de Rondônia	605,692	0,25	2.776	0,641	20.598,80
	São Felipe d'Oeste	541,647	0,23	5.066	0,649	16.961,44
	Parecis	2.548,68	1,07	6.198	0,617	17.923,34
	<b>Subtotal 6</b>	<b>19.046,07</b>	<b>8,01</b>	<b>179.068</b>	<b>0,664</b>	<b>21.764,42</b>
VII - Vilhena	Vilhena	11.699,15	4,92	102.211	0,731	28.420,11
	Chupinguaia	5.126,72	2,16	11.472	0,652	27.680,65
	Colorado d'Oeste	1.451,06	0,61	15.544	0,685	20.362,88
	Cerejeiras	2.783,30	1,17	16.204	0,692	28.714,35
	Cabixi	1.314,35	0,55	5.188	0,650	25.837,12
	Pimenteiras d'Oeste	6.014,73	2,53	2.148	0,665	47.731,23
	Corumbiara	3.060,32	1,29	7.220	0,613	42.371,91
	<b>Subtotal 7</b>	<b>31.449,64</b>	<b>13,23</b>	<b>159.987</b>	<b>0,670</b>	<b>31.588,32</b>
VIII - Rolim de Moura	Rolim de Moura	1.457,89	0,61	55.407	0,700	24.077,57
	Novo Horizonte d'Oeste	843,446	0,35	8.329	0,634	18.946,14
	Santa Luzia d'Oeste	1.197,80	0,50	6.216	0,670	21.625,89
	Alto Alegre dos Parecis	3.958,27	1,66	13.255	0,592	21.053,93
	Nova Brasilândia d'Oeste	1.703,01	0,72	20.489	0,643	18.086,15
	Castanheiras	892,842	0,38	2.987	0,658	36.238,14
	Alta Floresta d'Oeste	7.067,03	2,97	22.728	0,641	21.552,47
	<b>Subtotal 8</b>	<b>17.120,28</b>	<b>7,20</b>	<b>129.411</b>	<b>0,648</b>	<b>23.082,90</b>
IX - São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	10.959,77	4,61	20.681	0,611	17.778,54
	Costa Marques	4.987,18	2,10	18.798	0,611	12.890,70
	São Miguel do Guaporé	7.460,12	3,14	23.077	0,646	31.025,71
	Seringueiras	3.773,51	1,59	11.851	0,598	19.812,88
	<b>Subtotal 9</b>	<b>27.180,57</b>	<b>11,43</b>	<b>74.407</b>	<b>0,617</b>	<b>20.376,96</b>
X - Guajará-Mirim	Guajará-Mirim	24.856,88	10,45	46.556	0,657	18.279,32
	Nova Mamoré	10.070,05	4,24	31.392	0,587	17.095,19
	<b>Subtotal 10</b>	<b>34.926,93</b>	<b>14,69</b>	<b>77.948</b>	<b>0,622</b>	<b>17.687,26</b>
<b>Total</b>	<b>237.765,35</b>	<b>100,00</b>	<b>1.796.460</b>	<b>0,643</b>	<b>21.930,50</b>	

Fonte: Rondônia (2007); IBGE (2021)

Embora os serviços sejam quase sempre o elemento de maior representação do Produto Interno Bruto (PIB), em Rondônia a agropecuária tem uma expressão muito forte, assim como a extração de produtos naturais (da sociobiodiversidade e minerais), a geração de *commodities* e mais recentemente o incremento da exportação. Segundo o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES/RO) para o período de 2015–2030 (RONDÔNIA, 2015), o crescimento econômico da Amazônia Legal vem se notabilizando pela expansão das atividades primárias do setor agropecuário, madeireiro e mineral. Em Rondônia, segundo o mesmo Plano, o PIB cresceu de 14,4 bilhões em 2001 para 27,8 bilhões em 2011 (93,06%).

Dados do IBGE (2020) mostram que o PIB de Rondônia já era de 43,5 bilhões em 2017, ocupando a 22ª posição entre os estados brasileiros. O crescimento, em seis anos, foi de 56,47% (média de 9,41% ao ano), mas a representação era de apenas 0,66% do PIB do País — o Estado com maior destaque era o de São Paulo (32,20%), seguido pelo Rio de Janeiro (10,20%). No Norte, Rondônia estava um pouco à frente do Amapá, Acre e Roraima, mas abaixo do Pará, que possuía 2,36% do PIB nacional.

Segundo o IBGE (2020), a renda *per capita* foi de R\$ 31.833,50 no País, em 2017. Em 2018, o PIB nacional chegou a 6,9 trilhões; em 2019, nos três primeiros trimestres, cresceu 1%.

Considerando-se que em Rondônia a estimativa de crescimento populacional foi de quase 14% ao ano, entre o Censo de 2010 e a prospecção de 2019, e que o crescimento do PIB foi de quase 10% ao ano entre 2011 e 2017, pode-se deduzir que está havendo uma considerável diferença de 40% de crescimento entre os dois indicadores (população e PIB), com sobreposição do avanço populacional.

De acordo com a tabela 1, o melhor PIB *per capita* do Estado em 2018 estava concentrado em Pimenteiras do Oeste (R\$ 47.731,23), seguido por Corumbiara (R\$ 42.371,91) e Porto Velho (R\$ 32.042,66); os piores resultados são de Costa Marques (R\$ 12.890,70), Vale do Anari (R\$ 14.509,19) e Cujubim (R\$ 14.739,40). Por Região de Planejamento e Gestão, aparece primeiro a de Vilhena, com o PIB *per capita* de R\$ 31.588,32, seguida de Porto Velho (R\$ 23.816,79) e Rolim de Moura (R\$ 23.082,90). Os resultados mais baixos são de Guajará-Mirim (R\$ 17.687,26), Jaru (R\$ 19.947,99), Ouro Preto do Oeste (R\$ 20.139,47) e Ariquemes (R\$ 20.057,99). A média entre as Regiões de Planejamento e Gestão é de R\$ 21.930,50.

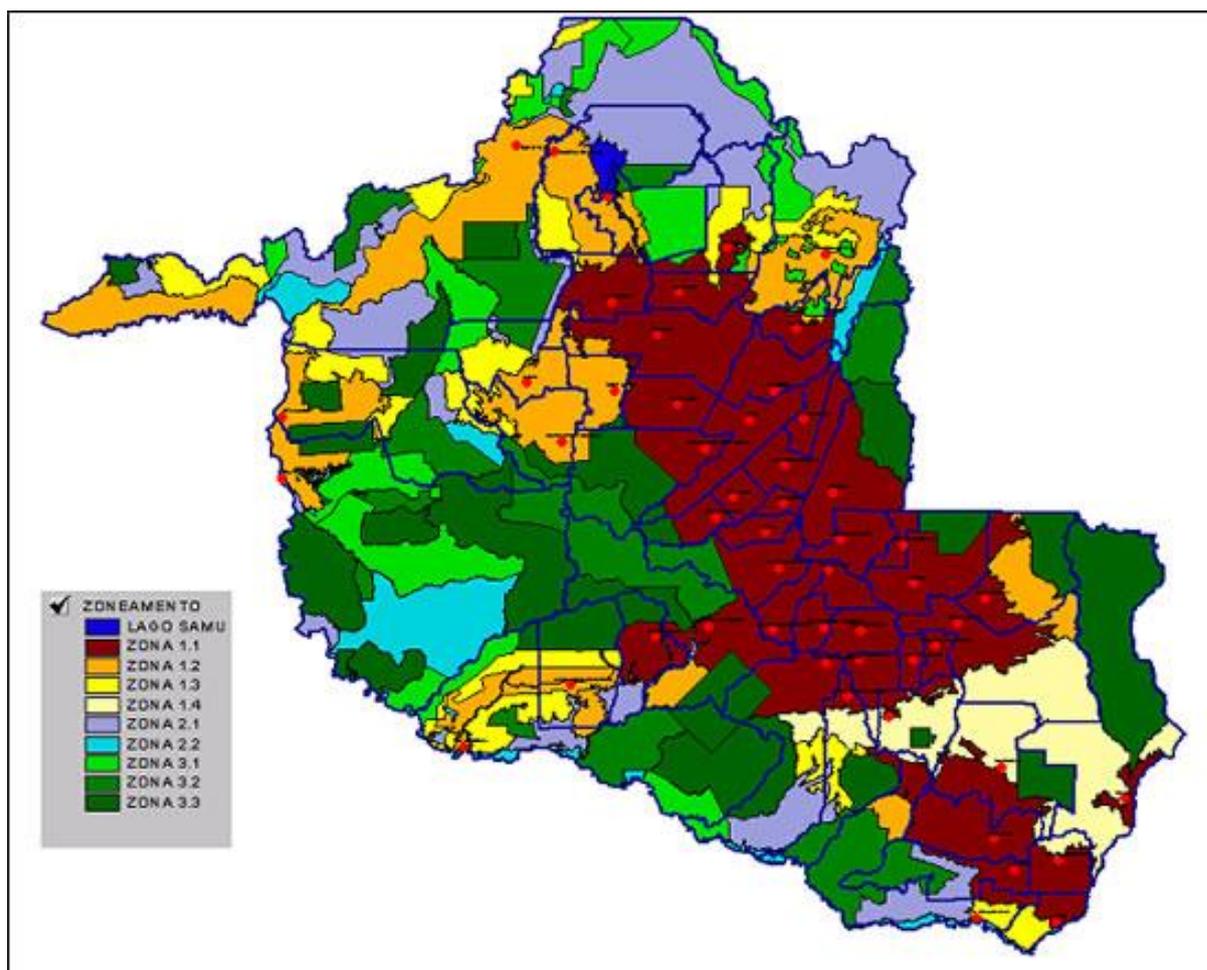
### 3.1 ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO

As políticas de promoção do desenvolvimento devem levar em conta o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) do Estado, que consiste em um processo de identificação das zonas de atividades produtivas e de conservação, conforme mostra o relatório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sedam), correspondente à 2ª aproximação do mapeamento feito (RONDÔNIA, 2010). Ele revela uma divisão territorial em três zonas, que se organizam em subzonas, conforme o mapa da Figura 3.

De acordo com a Sedam (RONDÔNIA, 2010), a Zona 1 corresponde às áreas de maior exploração agropecuária e se estende ao longo e no grande entorno da maior parte da Rodovia BR 364, que atravessa o Estado, a um total de 50,45% de todo o território de Rondônia. É subdividida em subzonas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal; a Zona 2, composta

pelas Subzonas 2.1 e 2.2, corresponde a 14,6% de toda a área do Estado e é destinada “[...] à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável” (p. 15); a Zona 3 possui três subzonas “[...] constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios [...]” (p. 17).

**Figura 3 — Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado**



Fonte: Sedam (RONDÔNIA, 2010)

Dentre as principais diretrizes para estas áreas, dispostas no Zoneamento (RONDÔNIA, 2010), destacam-se a previsão de investimentos em reforma agrária e projetos de melhoria da produção na Zona 1; o controle da expansão das frentes agropecuárias e o uso sustentável dos recursos naturais, na Zona 2; e a preservação ou uso regulado dos recursos naturais conforme as legislações vigentes, na Zona 3. Em qualquer caso, devem ser observadas as condições de desenvolvimento e os impactos ambientais dos negócios implantados.

### 3.2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Os APLs são um conjunto de negócios ou empreendimentos de um município ou região com representatividade da produção e algum sistema de interação entre eles, podendo envolver o setor primário, a indústria, comércio, educação e outros elementos integrados. Um exemplo é a Pecuária de Carne e Leite, que se compõe dos empreendimentos rurais, laticínios, frigoríficos, entidades associativas e formadoras, comércio varejista de produtos e tantos outros.

A maioria dos APLs se repetem entre as Regiões e caracterizam uma predominância de atividades econômicas, conforme demonstra o Quadro 7.

**Quadro 7 — Distribuição dos APLs por Região de Planejamento e Gestão**

Item	APLs	Regiões onde se Encontram
<b>APLs do Setor Primário</b>		
1	Apicultura	Ouro Preto d'Oeste, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura (4 Regiões)
2	Avicultura	Porto Velho, Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, Guajará-Mirim (9 Regiões)
3	Cafeicultura	Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Cacoal, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, Guajará-Mirim (7 Regiões)
4	Cereais (arroz, milho)	Porto Velho, Ariquemes, Vilhena, Guajará-Mirim (4 Regiões)
5	Especiarias (pimenta-do-reino, urucum)	Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé (6 Regiões)
6	Fruticultura	Todas as Regiões de Planejamento e Gestão (10 Regiões)
7	Horticultura	Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura (3 Regiões)
8	Leguminosas (amendoim, feijão, soja)	Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura (6 Regiões)
9	Mandiocultura	Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, Guajará-Mirim (8 Regiões)
10	Pecuária de Carne e Leite	Todas as Regiões de Planejamento e Gestão (10 Regiões)
11	Piscicultura	Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura (8 Regiões)
12	Produção de Palmito	Ariquemes, Cacoal (2 Regiões)
13	Produtos da Sociobiodiversidade	Todas as Regiões de Planejamento e Gestão (10 Regiões)
14	Silvicultura	Ouro Preto d'Oeste, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura (4 Regiões)
15	Suinocultura	Todas as Regiões de Planejamento e Gestão (10 Regiões)
<b>APLs do setor secundário</b>		
16	Artesanato	Todas as Regiões de Planejamento e Gestão (10 Regiões)
17	Construção Civil	Porto Velho, Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé (8 Regiões)
18	Geração e Distribuição de Energia Elétrica	Porto Velho (1 Região)
19	Indústria de Alimentos	Ji-Paraná (1 Região)
20	Madeira e Móveis	Ariquemes, Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Ji-Paraná, Vilhena, Rolim de Moura (6 Regiões)
21	Minais e Metalurgia	Ariquemes (1 Região)

Fonte: IFRO (2021), segundo as metodologias de Franzin (2017; 2021, documentos institucionais)

São frequentes em todas as Regiões de Planejamento e Gestão os APLs Fruticultura, Produtos da Sociobiodiversidade, Pecuária de Carne e Leite, Suinocultura e Artesanato. Está presente em 9 das 10 Regiões o APL Avicultura, e, em 8, Mandiocultura, Piscicultura e Construção Civil. Os APLs presentes em apenas uma Região são Geração e Distribuição de Energia Elétrica (Porto Velho), Indústria de Alimentos (em Ji-Paraná) e Minerais e Metalurgia (em Ariquemes); outros arranjos aparecem com representação muito mais em razão do destaque local no cenário estadual do que pelo volume de produção.

A Pecuária de Carne e Leite tem uma alta concentração de Produção em Ariquemes, com 2.684.112 cabeças de gado bovino (18,68% de toda a produção do Estado) no período; a Piscicultura, com a produção de tambaqui, foi altamente expressiva também na Região de Ariquemes, envolvendo a produção de 22.253.092 kg (53,55% da matriz estadual).

### 3.3 INDICADORES EDUCACIONAIS

De acordo com dados do IBGE (2021), foram registradas 315.302 matrículas na Educação Básica de Rondônia, distribuídas em 968 Escolas de Ensino Fundamental e 246 de Ensino Médio, no ano de 2020. No Ensino Médio, atingiram-se 62.664 matrículas. Pelo IFRO, foram ofertadas 4.463 vagas para Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, o que corresponderia a cerca de 7% do volume de matrículas no mesmo nível em Rondônia. Portanto, existe um grande potencial de alcance das unidades do IFRO no Estado de Rondônia.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi de 5,5 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e de 4,8 nos anos finais, na rede pública — o 12º e o 6º lugar do Estado no Brasil, respectivamente — e de 6,8 e 6,3 nas escolas privadas; no Ensino Médio, os índices são de 4,0 nas escolas públicas e 5,6 nas escolas privadas. O alcance está abaixo da meta estabelecida pelo Governo Federal, cujos índices para 2021, em escolas públicas do Estado, são de 5,8 e 5,2 nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, e 4,9 no Ensino Médio, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021).

De acordo com dados da Agência de Notícias do IBGE (2021), “[...] mais de 40 milhões de pessoas tinham interesse em fazer curso de qualificação profissional, em 2014, no entanto apenas 2,2% das pessoas de 15 anos ou mais (3,4 milhões de pessoas) estavam frequentando esses cursos e 15,6% haviam frequentado anteriormente (24,7 milhões de pessoas)”. Em geral, portanto, existem demandas para novas unidades e novos cursos e vagas em Educação Profissional no Brasil e em Rondônia.

## 4 METODOLOGIA DO PROCESSO DE DECISÃO E COMPOSIÇÃO DOS DOIS INSTITUTOS

A Proposta consiste no desmembramento do IFRO para a composição de um Novo Instituto, de modo que os dois fiquem com cinco *campi*, conforme já expresso nas Figuras 1 e 2. Ela está sendo utilizada para responder a uma consulta de interesse do Ministério da Educação, envolvendo outros dez Estados, em que Rondônia foi incluído após solicitação do IFRO. A adesão será decidida após manifestação da comunidade interna e deliberação do Conselho Superior.

### 4.1 ORGANIZAÇÃO E MOTIVAÇÕES

O reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Rondônia permitirá um melhor gerenciamento da logística de acesso, reduzindo-se grandes distâncias entre as unidades institucionais em cerca de 50%, conforme o resumo do Quadro 1, por meio do Quadro 8, onde são colocadas também algumas alternativas de local de implantação da Reitoria do Novo Instituto.

**Quadro 8 — Distâncias entre a Reitoria dos Institutos propostos e suas unidades atuais e pontos estratégicos de atuação**

Municípios/ Distâncias (Km)	Porto Velho	Candeias do Jamari	Ariquemes	Jaru	Buritis	Machadinho d'Oeste	Nova Mamoré	Guajará-Mirim	Ouro Preto d'Oeste	Ji-Paraná	Cacoal	Pimenta Bueno	Rolim de Moura	São Miguel	Vilhena	Colorado d'Oeste	Cerejeiras	São Francisco do Guaporé	
Porto Velho (Reitoria do IFRO)	—	25	201	292	322	297	281	329											
	Distância média = 250 km																		
Cacoal (Reitoria do novo IF)									146	107	—	42	64	176	227	281	319	124	
	Distância média da nova Reitoria (alternativa 1) = 165 km																		
Ji-Paraná (Reitoria do novo IF)									39	—	107	149	110	148	334	388	426	231	
	Distância média da nova Reitoria (alternativa 2) = 215 km																		
Vilhena (Reitoria do novo IF)									373	334	227	185	251	363	—	86	92	471	
	Distância média da nova Reitoria (alternativa 3) = 265 km																		

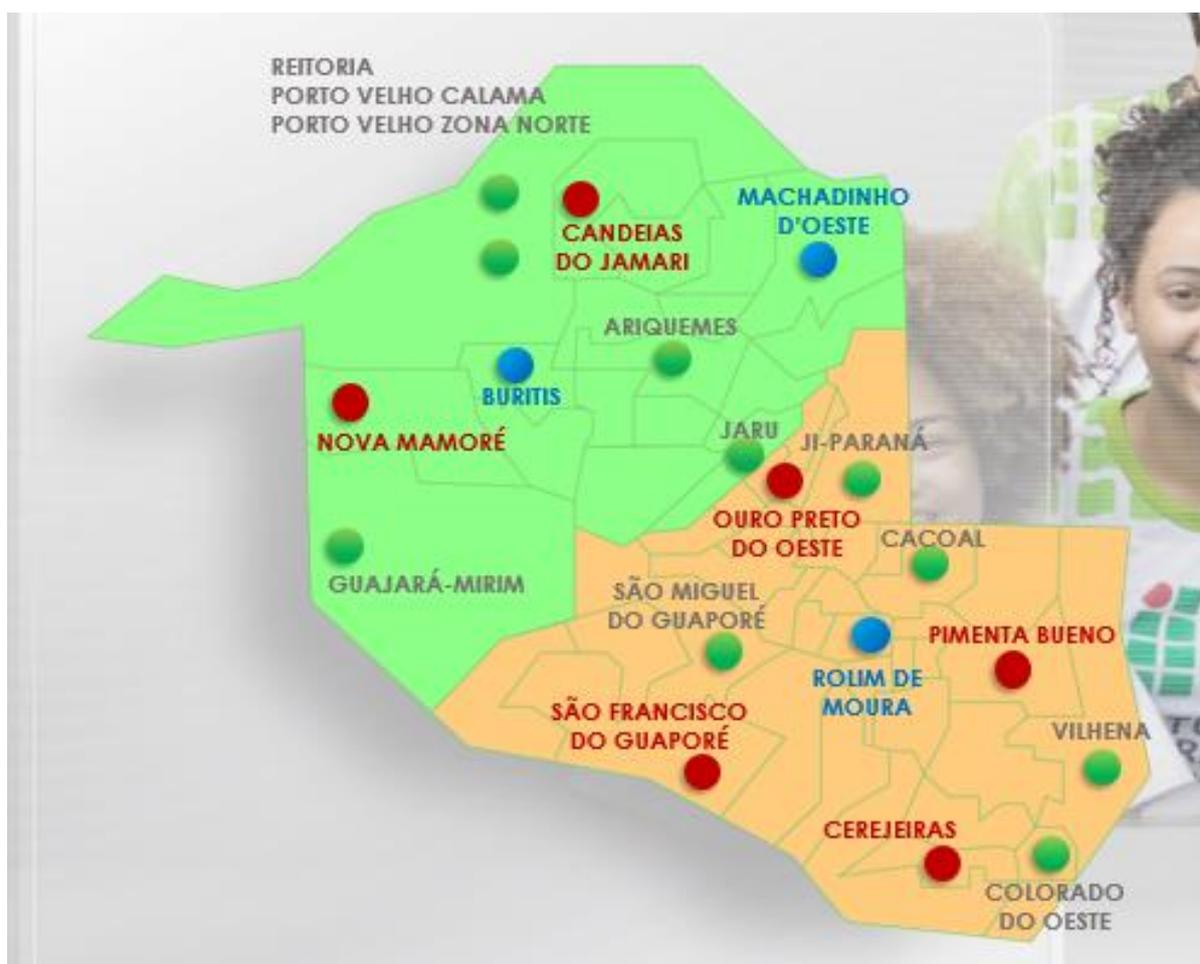
Fonte: IFRO (2021)

Além da redução das distâncias extremas entre a localidade de uma só Reitoria e municípios de maior interiorização, há também um ganho de distância média, que passa de 365 km para 250 em relação ao IFRO e para 165 a 265 em relação ao novo Instituto.

A criação de novas unidades de atendimento, posteriormente a este processo de composição de dois Institutos, gerará impactos muito positivos nas localidades e regiões, especialmente pela previsão de melhorar as condições de acesso aos cursos e serviços em geral oferecidos pela Instituição, bem como por influenciar processos de trabalho, valorizar os arranjos locais e dar suporte às alternativas de desenvolvimento. Isso se aplica a cada *Campus* e ao reordenamento em mais de um Instituto no Estado. As novas unidades poderão ser criadas na forma de *Campus* (quando houver mais infraestrutura e recursos) e Centros de Referência e/ou Polos de Inovação (nos casos de menos infraestrutura e dependência provisória inicial de aportes de outro *Campus* instalado).

A localização do reordenamento da Rede em dois novos Institutos está ilustrada por meio da Figura 4.

**Figura 4 — Reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia e possível expansão**



Legenda: Ícones verdes = unidades instaladas; ícones azuis = proposta de novos *Campi*; ícones vermelhos = proposta de implantação de Centros de Referência  
 Fonte: IFRO (2021)

Esta proposta de reorganização da Rede envolve a garantia da distribuição de cinco *Campi* por Instituto Federal em Rondônia. A previsão de Centros de Referência e novos *Campi* é apenas uma sinalização imediata para uma possível realização futura, já como forma de diretriz de planejamento para os Institutos que vierem a ser constituídos.

Observe-se que um dos requisitos de implantação de novas unidades são as relações de contiguidade de espaços territoriais e a composição de Arranjos Produtivos Locais, com vistas à interação de agentes sociais e institucionais, indução de crescimento econômico sustentável, criação de alternativas para a profissionalização e fortalecimento de negócios. A proposta aqui apresentada atende plenamente a essas estratégias, sob dois aspectos:

a) a reorganização da Rede de EPCT em Rondônia está de acordo com as delimitações do Estado em duas Regiões Geográficas Intermediárias, a de Porto Velho e a de Ji-Paraná — cada Instituto atenderia a uma Região;

b) cada Região de Planejamento e Gestão do Estado contará com pelo menos um *Campus* e/ou um Centro de Referência, de modo que a Rede de EPCT estaria concentrada nos espaços de maior desenvolvimento e, ao mesmo tempo, em implantação nos locais que precisam de mais investimentos para alavancar as potencialidades, com grandes benefícios nas cadeias produtivas, para agregação de valor aos produtos e consequentemente para a redução de desigualdades inter e intrarregionais.

O Quadro 9 demonstra esse processo de interiorização e possibilidade de expansão da Rede de EPCT em Rondônia, com o alinhamento à política organizacional e econômica do Estado.

**Quadro 9 — Reordenamento da Rede de EPCT segundo as Regiões de Planejamento e Gestão**

Regiões de Planejamento e Gestão do Estado	População (2020)	<i>Campi</i> Instalados (Situação Real)	<i>Campi</i> Propostos	Centros de Referência Propostos
Região I (Porto Velho)	577.783	Porto Velho Calama Porto Velho Zona Norte		Candeias do Jamari
Região II (Ariquemes)	238.255	Ariquemes	Buritis	
Região III (Jaru)	121.704	Jaru	Machadinho d'Oeste	
Região IV (Ouro Preto)	60.106			Ouro Preto d'Oeste
Região V (Ji-Paraná)	178.191	Ji-Paraná		
Região VI (Cacoal)	179.068	Cacoal		Pimenta Bueno
Região VII (Vilhena)	159.987	Vilhena Colorado do Oeste		Cerejeiras
Região VIII (Rolim de Moura)	129.411		Rolim de Moura	
Região IV (São Francisco do Guaporé)	74.407	São Miguel do Guaporé		São Francisco do Guaporé
Região X (Guajará-Mirim)	77.948	Guajará-Mirim		Nova Mamoré

Fonte: IFRO (2021)

A Proposta de Reorganização da Rede Federal de EPCT em Rondônia, além de se adequar ao ordenamento territorial do Estado, amplia capacidades com coesão administrativa, porque o IFRO está implantando um Centro de Inovação e Tecnologia (CIT) por *Campus* conforme o perfil local de desenvolvimento, com previsão de expandir. O Quadro 10 traz a distribuição dos CITs implantados e projetados, com inclusão de áreas de competência para unidades cuja implantação já estava planejada anteriormente.

**Quadro 10 — Distribuição dos Centros de Inovação e Tecnologia na Rede de EPCT em Rondônia**

Unidade/ <i>Campus</i> de localização dos CITs	Área de Competência dos Centros
Ariquemes	Agropecuária 4.0
Buritis	Agroindústria
Cacoal	Café
Cerejeiras	Agroindústria
Colorado do Oeste	Agropecuária 4.0
Guajará-Mirim	Biotecnologia e Saúde
Jaru	Alimentos
Ji-Paraná	Recursos Naturais da Amazônia
Machadinho do Oeste	Agroindústria
Pimenta Bueno	Indústria e Comércio
Porto Velho Calama	Eficiência Energética
Porto Velho Zona Norte	Eficiência na Gestão
São Miguel do Guaporé	Agroindústria
Vilhena	Tecnologias Sustentáveis
Ouro Preto do Oeste	Agroecologia e Turismo Rural

Fonte: IFRO (2021)

Os Centros de Inovação e Tecnologia do IFRO, podem, inclusive, se integrar aos Centros de Referência ou Polos de Inovação que vierem a ser criados. Os CITs iniciaram atividades a partir de 2021 e atenderão áreas de competência que envolvem ensino, pesquisa e extensão, compreendendo laboratórios de pesquisa aplicada, ambientes de aprendizagem para aulas e integração com outros setores da unidade, como o Núcleo de Inovação Tecnológica, os Núcleos Incubadores e outros Núcleos Temáticos de Pesquisa ou Extensão. Com isso, cada *Campus* poderá inovar em metodologias educacionais e prospectar demandas dos setores produtivos e públicos, para produzir inovação e transferir tecnologias. São beneficiários dos CITs:

- a) estudantes da rede de educação profissional e tecnológica e de universidades;
- b) professores de Instituições de Ensino Superior, pública e privada;
- c) agricultores familiares;

- d) agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- e) micro e pequenos empresários em diversas áreas da economia;
- f) empresas e servidores públicos das três esferas: Federal, Estadual e Municipal;
- g) autônomos.

São previstas três ações fundamentais para os CITs, como especialização das finalidades institucionais: pesquisa aplicada, formação profissional de curta duração e assistência de extensão tecnológica.

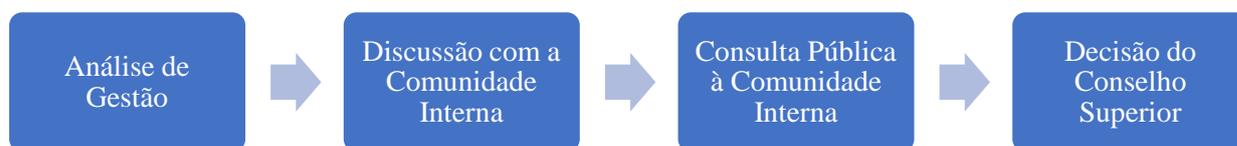
Os CITs não se confundem com os Centros de Referência porque os primeiros são unidades laboratoriais de integração dos *campi*, enquanto os últimos são planejados com uma infraestrutura maior que a dos CITs e menor que a dos *Campi*, para demandas mais voltadas à formação profissional aliada a serviços de extensão com demandas mais localizadas.

Outras estratégias e fundamentos de implantação serão melhor especificados com pesquisas de campo e tratativas institucionais, assim que houver deliberação favorável ao atendimento a cada proposição.

#### 4.2 ESTRATÉGIA PARA TOMADA DE DECISÃO

A participação do IFRO no processo atual de reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi programado com respeito aos princípios democráticos e ritos normativos internos, envolvendo os estágios de análise de gestão, discussão com comunidade, direito ao voto e decisão colegiada, conforme a Figura 5.

**Figura 5 — Estágios para tomada de decisão**



Fonte: IFRO (2021)

A Consulta Pública deverá ser precedida de uma apresentação institucional, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2019, com mesa de debate envolvendo o Reitor, um representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e um representante da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento de Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa (Fapero). A reunião será pelo sistema Webex, com transmissão pelo YouTube pelo canal do IFRO.

É imprescindível que esta proposta seja lida na íntegra e debatida, na medida das possibilidades, entre colegas de trabalho e de estudo, pois cada interação permitirá maior entendimento e maior segurança ao votar a favor ou contra durante a Consulta Pública.

A Consulta Pública será composta por um texto breve de apresentação e uma pergunta única, assim formulada:

---

*Você é a favor ou contra a reorganização da Rede Federal de Educação em Rondônia em dois Institutos: a manutenção do IFRO (no norte do Estado, com os campi Ariquemes, Guajará-Mirim, Jaru, Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte) e a composição de um novo Instituto (no sul do Estado, com os campi Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé e Vilhena)?*

---

Os votos serão computados com o peso de um terço para cada segmento de votantes: Professores, Técnicos Administrativos em Educação e Estudantes. Será aplicado um cálculo percentual sobre os resultados de cada segmento; a soma dos três extratos corresponderá ao resultado final. A aprovação da proposta dependerá de 50% dos votos mais um, favoráveis à adesão.

O resultado da Consulta Pública é fundamento para análise do Conselho Superior, ao qual caberá a decisão de o IFRO aderir ou não ao processo de composição de dois Institutos, por meio da distribuição de seus *Campi* e a criação de uma nova Reitoria.

Em qualquer caso, de adesão ou não, o MEC será comunicado formalmente por meio de Ofício endereçado ao Ministro.

#### 4.3 IMPLANTAÇÃO DO NOVO INSTITUTO

Caso esta proposta de composição de dois Institutos seja aceita pela maioria dos membros da comunidade escolar, segundo a combinação dos três segmentos (docentes, técnicos e estudantes), será formulado um documento para apresentação ao MEC, com os seguintes condicionamentos:

a) Garantia de nomeação de Reitor *Pro Tempore* dentre os servidores que comporão de imediato o novo Instituto e que atendam aos requisitos de acesso dispostos no artigo 12 da Lei 11.892/2008 (e suas alterações), a partir de lista tríplice apresentada pelo IFRO ou após Consulta Pública à comunidade interna.

b) Condução do processo de implantação do Novo Instituto pelo IFRO, pelo menos a partir de janeiro de 2022 e até maio de 2023.

O local de implantação da nova Reitoria será decidido pela comunidade interna dos *Campi* do Novo Instituto, mediante Consulta Pública após indicação de pelo menos três localidades pelos diretores-gerais correspondentes.

Cada *Campus* do Novo Instituto manterá sua infraestrutura integral, de móveis, imóveis, materiais e quadro de pessoal. As regras para remoções em andamento ou redistribuição imediata entre os Institutos deverão ser debatidas internamente e submetidas ao MEC para aprovação, quanto ao que depender de decisão superior.

Não haverá impactos financeiros sobre os recursos já disponíveis e os que serão disponibilizados pelo MEC, porque o orçamento é estabelecido conforme o perfil de cada *Campus*, que envolve o piso orçamentário, o valor por aluno e os recursos de assistência estudantil.

Esta proposta não contém planilha financeira porque o processo de composição dos dois Institutos não dependerá de recursos para implantação, exceto posteriormente, para a criação da Nova Reitoria, com custos de pessoal equivalentes ao padrão aprovado pelo MEC. Qualquer outra despesa seria correspondente a um processo de expansão, que consta nesta proposta apenas como possibilidade.

## 5 CRONOGRAMA

Item	Descrição	Responsável	Período (2021)
1	Análise da proposta de adesão pela Reitoria e Diretores-Gerais de <i>Campus</i>	Reitor, Pró-Reitores e Diretores-Gerais	2 e 3 de setembro
2	Discussão com os servidores dos <i>Campi</i>	Reitoria	8 a 10 de setembro
3	Elaboração de uma proposta para análise de toda a comunidade interna, conforme as discussões com os servidores	Reitoria	10 de setembro
4	Apresentação da proposta aos estudantes, com mesa de debate e transmissão no YouTube	Reitoria	13 de setembro
5	Consulta Pública por meio do SUAP	Reitoria	14 de setembro
6	Apuração de resultados e encaminhamento ao Conselho Superior do IFRO	Reitoria	15 de setembro
7	Deliberação do Conselho Superior	Consup	16 de setembro
8	Formulação de proposta de adesão ou resposta de não adesão ao MEC	Reitoria	17 de setembro
9	Envio da decisão ao MEC	Reitoria	20 de setembro
10	Envio da proposta geral do MEC ao Congresso Nacional	MEC	Outubro

As etapas de implantação do Novo Instituto, se a decisão interna for favorável e houver aprovação do Congresso Nacional, serão definidas em Projeto específico, a ser elaborado pelo IFRO.

## 6 IMPACTOS DA REORGANIZAÇÃO PROPOSTA

A atuação dos *Campi* do IFRO vem alterando significativamente o perfil de Rondônia, mas ainda há, no Estado, os piores índices de fixação de especialistas e de produção científica e tecnológica em comparação com a grande maioria dos estados brasileiros. A Rede Federal de EPCT propicia oportunidades de melhor formação, especializa serviços de pesquisa, amplia e aprimora a construção e difusão do conhecimento, mobiliza atores sociais em direção a processos de empreendedorismo e inovação e prepara para as inserções e reinserções no mundo do trabalho, com atenção fundamental às demandas de mercado e setores produtivos. Isso não será alterado com a composição de dois Institutos. Os impactos são assim previstos:

a) Criação de novas matrizes orçamentárias, pelo MEC, para a reestruturação da Rede Feral de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado.

b) Alteração da estrutura organizacional do IFRO e a composição de uma nova estrutura para o outro Instituto, que demanda esforços e concentração.

c) Formação de novas lideranças locais e internas e influência sobre a composição de lideranças externas.

d) Surgimento de novos planos de investimento e sustentação, que devem considerar dois Institutos em desenvolvimento e não apenas um quanto à destinação de recursos e autorização de processos de expansão.

e) Elaboração de novos planejamentos institucionais, para compor as diretrizes e normatizações de cada Instituto.

f) Formulação e reformulação de documentos, composição e recomposição de colegiados (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Câmaras, Comissões transitórias e permanentes, etc.)

g) Duplicação dos vetores de influência sobre as representações parlamentares quanto às indicações de verbas parlamentares para o funcionamento da Educação Profissional, ao mesmo tempo que pode haver uma convergência destes vetores, ou seja, um trabalho conjunto de levantamento de recursos para os dois Institutos.

h) Criação de uma nova Reitoria e a conseqüente necessidade de novo concurso público para a composição do quadro funcional.

i) Construção de novas identidades institucionais para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Estado.

Cabe a cada membro da comunidade interna analisar esses impactos, quanto ao alcance e influência sobre a vida pessoal e social e sobre os processos de desenvolvimento locais, regionais, nacionais e transnacionais.

*Os investimentos em educação exigem a perspicácia em compreender que a transformação social parte também da preparação individual; exigem a mobilização de agentes políticos, na defesa dos interesses das comunidades; e requerem planejamento e organização regionalizada, para a sustentação das ideias projetadas.*

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Mais de 40 milhões de pessoas gostariam de fazer qualificação profissional, mas apenas 3,4 milhões frequentavam esse tipo de curso em 2014.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9427-mais-de-40-milhoes-de-pessoas-gostariam-de-fazer-qualificacao-profissional-mas-apenas-3-4-milhoes-frequentavam-esse-tipo-de-curso-em-2014>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Rondônia.** Disponível em [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/rondonia](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/rondonia). Acesso em 29 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Programa de apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos — CVTs.** Brasília: MCT, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 713, de 8 de maio de 2021:** Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia... Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008:** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: a Presidência, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014:** Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Brasília: a Presidência, 2014.

IBGE. **Estados:** Rondônia. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

IBGE. O Recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias 2017. In: **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017.** Brasília: IBGE, 2017?

IBGE. **Produto Interno Bruto — PIB.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 9 fev. 2020.

INEP. **IDEB:** resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

RONDÔNIA. Governadoria. **Lei Complementar 414/2007:** Estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão para o Estado de Rondônia e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 2007.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Meio Ambiente. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia:** planejamento para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. Porto Velho: Sedam, 2010.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia 2015–2030.** Porto Velho: Sepog, 2015.

## ANEXO — PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DE DOIS INSTITUTOS FEDERAIS EM RONDÔNIA

1) A composição de dois Institutos Federais em Rondônia é uma imposição do MEC?

*Não. A decisão será do IFRO, envolvendo as discussões com servidores e estudantes, a realização de uma Consulta Pública e a decisão do Conselho Superior (Consup).*

2) Por meio dessa composição, serão criados novos *Campi* ou os Centros de Referência previstos na Portaria 713/2021/MEC?

*Não imediatamente, nem faz parte da proposta do MEC. Entretanto, se criados ou não dois Institutos, poderá ser pleiteada a implantação de novas Unidades. A garantia atual é apenas da implantação de uma Nova Reitoria para o Novo Instituto.*

3) Haverá redução do Quadro de Pessoal da Reitoria do IFRO?

*Não. Será a oportunidade de recompor esse quadro, com a redistribuição de servidores e códigos novos.*

4) Os alunos terão algum prejuízo em sua formação ou atendimento, incluindo-se assistência estudantil?

*Não. Os Campi continuarão com os seus orçamentos previstos e as mesmas políticas de formação profissional.*

5) Como se dará a composição do Quadro de Pessoal e de Funções da Reitoria do Novo Instituto?

*O MEC liberará códigos e funções novas, de acordo com o perfil do IF (ao custo de R\$ 8 milhões/ano).*

6) Haverá redução do orçamento dos *Campi* e Reitoria do IFRO?

*Não. O orçamento de cada Campus é composto pelo piso, valor por aluno e recursos de assistência estudantil. O orçamento da Reitoria também permanecerá o mesmo, sem redução do quadro de pessoal.*

- 7) Quando ocorrerá a criação ou composição dos Novos Institutos e o início das atividades deles?

*Em outubro de 2021, o MEC enviará a proposta para o Congresso Nacional. Assim que aprovada, os Novos Institutos poderão iniciar suas atividades, com previsão já para 2022.*

- 8) Quem ou qual instituição implantará o Novo Instituto Federal em Rondônia?

*O IFRO, que foi implantado pelo Instituto Federal do Amazonas, antigo Cefet, e usará a mesma metodologia.*

- 9) Haverá estratificação dos recursos, sob a expectativa de que poderiam ser usados para ensino, pesquisa e extensão?

*Não existe concorrência de recursos para esta implantação. Ou seja, não se trata de fazer uma escolha entre compor um Novo Instituto ou usar os recursos para outras ações do IFRO; corresponde a aceitar ou não a nova composição. Se não houver adesão, os recursos que seriam usados para implantação da nova Reitoria não ficarão disponíveis para o IFRO usar em suas ações.*

- 10) Haverá influências políticas sobre definição de Reitor e outros dirigentes?

*O Novo Instituto fará parte da mesma Rede e, portanto, seguirá os mesmos regramentos da Lei 11.892/2008. Condicionaremos a adesão, se assim decidido pela comunidade interna, à eleição inclusive para Reitor Pró Tempore e ao cumprimento dos mandatos e novas eleições de diretores-gerais dos Campi.*

- 11) Haverá redistribuição de códigos de vagas em vez de criação de novos códigos?

*Será garantida a criação de novos códigos de vagas para a implantação da Nova Reitoria; as demais necessidades serão cumpridas conforme os regramentos vigentes para todos os Institutos.*

- 12) A composição de dois Institutos provocará enfraquecimento institucional, quanto à manutenção de sua qualidade de trabalho?

*A composição não interfere sobre a capacidade institucional, porque serão mantidos os quadros funcionais dos campi. Pelo contrário, haverá um fortalecimento, pela ampliação do número de servidores em razão de se compor uma nova Reitoria.*

- 13) O reordenamento proposto provocará alterações na Lei de funcionamento dos Institutos, que impactem negativamente a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

*Este reordenamento, que envolve mais dez Estados, não é razão para alterar negativamente a Lei 11.892/2008. A alteração prevista é apenas a inserção dos Novos Institutos que vierem a ser criados. Qualquer outra alteração independe do processo de reordenamento da Rede.*

- 14) Qual a razão de dividir uma instituição que tem sucesso no desenvolvimento de suas atividades?

*As razões devem ser consideradas a partir da análise desta proposta apresentada e das percepções pessoais e coletivas. Sugerimos revisar as Matrizes de Análise contidas nesta proposta. Sugerimos também a leitura da Nota do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), disposta em <https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/4382-nota-publica-do-conif-sobre-a-proposta-de-reordenamento-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica?Itemid=609>.*

- 15) Haverá divisão orçamentária em vez de incremento ou insuficiência de recursos?

*A composição de dois Institutos Federais em Rondônia não é razão para divisão orçamentária ou insuficiência de recursos, uma vez que o orçamento é definido por Campus, conforme seu perfil e volume de alunos.*

- 16) Quais as garantias para assegurar novos servidores e mais investimentos?

*A garantia do quadro de servidores está expressa no quadro de referência da Portaria 713/2021/MEC e na proposta de criação de uma Nova Reitoria. As garantias de novos investimentos não dependem de adesão ou não a essa nova composição de dois Institutos para Rondônia, no nosso caso, e não podem, portanto, ser projetadas aqui.*

- 17) Haverá concorrência entre os IFs (quanto a convênios e apoio parlamentar)?

*Não existe essa previsão, porque em princípio os representantes parlamentares (senadores e deputados) já fazem direcionamento de verbas por Campus, de modo que a existência de dois Institutos não interfere nas decisões. Entretanto, cada Reitor deve fazer suas articulações, apresentar projetos e demonstrar as necessidades do Instituto que representa, para canalizar mais recursos por meio dos Convênios ou Emendas Parlamentares.*

18) Haverá redução do poder de negociação com parlamentares?

*O poder de negociação com parlamentares é um atributo pessoal e profissional do gestor da instituição, não tem nenhuma dependência da composição ou não de dois ou mais Institutos por Estado. Portanto, deve ser considerado como uma questão geral, gerencial e permanente quanto às oportunidades de levantamento de recursos extraorçamentários.*

19) A composição de dois Institutos prejudicará a proposição de Mestrado e Doutorado?

*A divisão da estrutura existente em dois Institutos naturalmente reduz o quadro funcional com a titulação necessária para oferta de Mestrado e Doutorado. Todavia, o IFRO já oferece essas pós-graduações stricto sensu com outras instituições e não seria diferente entre os dois Institutos no Estado; pelo contrário, haverá muito mais princípios e probabilidades de colaboração, pela proximidade, conforme já acontece nas parcerias com a Universidade Federal de Rondônia.*

20) Haverá dificuldades de recomposição de quadro docente nos casos de servidores movidos dos campi para a nova Reitoria?

*A situação permanece a mesma, porque qualquer movimentação de servidor do Campus para a Reitoria implica em uma vaga para professor substituto, independentemente da nova composição proposta.*

21) O prazo para decisão pode ser ampliado?

*Infelizmente, o prazo não foi estabelecido pelo IFRO, mas sim pelo MEC, e não pode ser alterado neste momento. Estamos desde o início otimizando as discussões e orientando o processo para que a análise seja a mais adequada possível. Algumas estratégias, como discussões em grupos, além da participação nas reuniões coletivas, são fundamentais para o melhor entendimento.*

22) O contexto crítico atual, em razão da falta de cumprimento das previsões em educação e da falta de garantias, não seria inadequado para uma tomada de decisão?

*A reorganização ou não da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica não configura nenhuma interferência, considerando-se que o descumprimento das previsões orçamentárias já existe desde antes da proposta. Além disso, é preciso considerar o reordenamento não somente sob a ótica dos riscos, mas também das oportunidades.*

23) Haverá risco de perda de autonomia das unidades e dos Institutos, se houver a reorganização proposta?

*A composição de dois Institutos é apenas estrutural e não de alteração de princípios. A autonomia gerencial e pedagógica está garantida na Lei 11.892/2008, independentemente de haver o reordenamento ou não.*

24) Qual a efetividade de ganhos em volume de novos servidores, em uma comparação entre uma Reitoria com mais *campi* agregados (perfil mais robusto) ou duas Reitorias com menos *campi* (perfil menos robusto)?

*De acordo com a Portaria 713/2021/MEC, as Reitorias que contemplam 1 a 9 campi formam quadros com até 160 Técnicos Administrativos em Educação, 22 Cargos de Direção e 20 Funções Gratificadas; na dimensão com 10 a 16 campi, como é o modelo atual, a previsão é de 180 Técnicos, 27 Cargos de Direção e 20 Funções Gratificadas. Ou seja, há uma diferença de pouco mais de 12% de cargos para um modelo com mais Campi, ao passo que haverá, com a composição de dois Institutos, a redução de 50% das unidades, que leva a uma carga de trabalho bem menor, portanto. Ou seja, perde-se um pouco em volume de servidores, mas ganha-se na proporcionalidade de campi que serão atendidos. Diferentemente, quando houver um avanço para mais campi, a partir de 7 ou 8, será vantajoso avançar mais rápido para atingir o perfil de pelo menos 10, para ampliação de mão de obra diante de novas proporcionalidades.*